

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental no Agravo de instrumento nº: 0329066-6

Agravante: Caixa Econômica Federal – CAIXA

Agravado: Terecino Soares da Silva e Outros

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acórdão

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO TERMINATIVA. ART. 557, CAPUT DO CPC. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. SEGURO HABITACIONAL. INTERVENÇÃO DA CEF. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1 - Esta Corte firmou orientação no sentido de que nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento.

2. Nada de novo se apresentou com o recurso de agravo que ensejasse retratação ou reforma da decisão anterior. Inviabilidade do pedido retratativo. Agravo Regimental convertido em Recurso de Agravo e improvido à unanimidade.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em converter o agravo regimental interposto por Carlos Alberto Almeida Cardoso em Recurso de Agravo, e também à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO** ao mesmo, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados que passam a integrar este julgado.

Recife, 03 de Julho de 2014.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

OK
aprovado



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete do Des. Eurico de Barros Correia Filho

TJPE
Fls. *11*

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental no Agravo de instrumento nº: 0329066-6

Agravante: Caixa Econômica Federal – CAIXA

Agravado: Terecino Soares da Silva e Outros

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório

Trata-se de **Agravo Regimental** interposto pela **Caixa Econômica Federal – CAIXA** contra decisão desta relatoria que negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento encartado nos autos.

Em suas razões recursais, a parte agravante, em síntese, sustenta haver justo motivo para a reforma da decisão guerreada na medida em que esta relatoria não teria atentado para toda extensão dos fatos delineados, afirmando que com a edição da MP 633/2013, seria desnecessário comprovar a afetação dos recursos do FCVS/FESA para reconhecimento do interesse jurídico da CEF.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este regimental à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Recife, 3 de *Julho* de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental no Agravo de instrumento nº: 0329066-6

Agravante: Caixa Econômica Federal - CAIXA

Agravado: Terecino Soares da Silva e Outros

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto

Prefacialmente, em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, recebo como agravo legal (art.557, 1º, do CPC) o agravo interposto inicialmente sob a forma regimental, dispensando-se o preparo, com a devida retificação na capa.

No que se refere à Medida Provisória 633/2013, é de se ter em conta que não há nela um regramento de teor processual, que ordene a admissão da CEF ou da União nas lides ali descritas, ou ainda, que reconheça inequivocadamente o seu interesse jurídico nesses mesmos casos. Consiste, apenas, em norma de caráter programático para situações em que haja interesse de gestão estratégia/financeira da Caixa Econômica Federal.

Na verdade, a própria MP ao proferir comandos destinados a entes federais, sequer afasta a necessidade de verificação de um risco ou impacto jurídico ou econômico, ou seja, não recomenda o ingresso desses entes em toda e qualquer ação judicial, mas condiciona-o, também, à existência de comprometimento do Fundo de Compensação e variação Salarial.

Tal norma, portanto, nada influi nem contribui com a questão debatida nos autos, não consistindo em fato novo, até porque sempre que houvesse o interesse, já caberia à CEF se manifestar.

Noutra banda, registre-se que o ingresso da Caixa Econômica Federal - CEF na lide só seria possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, como pretende a agravante, mas também do efetivo comprometimento do fundo de comprometimento de variação salarial - FCVS, com risco efetivo de esgotamento da reserva técnica do fundo de equalização de sinistralidade da apólice - FESA.

Neste sentido, colaciono os seguintes julgados:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA - SFH - SEGURO HABITACIONAL OBRIGATÓRIO - INTERVENÇÃO DA CEF - INEXISTÊNCIA DE INTERESSE - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELA SEGUNDA SEÇÃO DO STJ- Matéria embasada em julgado na lei de recursos repetitivos (lei 11.672/2008 e resolução/STJ 8/2008). AGRADO DE INSTRUMENTO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. lei de recursos repetitivos 11.672. (114575520118170370 PE 0012609-50.2012.8.17.0000, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 14/11/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 217, undefined).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. Esta Corte firmou orientação no sentido de que "nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo, por envolver discussão entre seguradora e mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), inexistente interesse da

Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Precedentes." (REsp 1.091.363/SC, Rel. Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz Federal Convocado do TRF da 1ª Região, DJe 25/5/2009). 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (1270480 PE 2010/0012405-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 08/02/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 17/02/2011, undefined).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. 1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, a Caixa Econômica Federal - CEF - detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 - período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 - e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (apólices públicas, ramo 66). 2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide. 3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior. 4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC. 5. Na hipótese específica dos autos, tendo o Tribunal Estadual concluído pela ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide. 6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL nº. 1.091.393-SC (2008/0217717-0). RELATORA: MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI. R.P/ACÓRDÃO : MINISTRA NANCY ANDRIGHI. Data do julgamento: 10/10/12.

Fica, pois, consolidado o entendimento de que, nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do SFH, não há que se falar em competência da Justiça Federal, sendo apenas possível a CEF integrar a lide somente a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante não apenas da existência de apólice pública, mas do efetivo comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA.

Isto posto, inexistindo fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão vergastada, mantenho a decisão recorrida em todos os seus fundamentos, pelo que voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo Regimental, mas admitido como Agravo Legal, face ao princípio da fungibilidade.

É como voto.

Recife, 03 de julho de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator